



OLHOS INSUBMISSOS: UMA PROPOSTA DE ANÁLISE DOS CONTOS DUZU-QUERENÇA E MARIA DO ROSÁRIO IMACULADA DOS SANTOS DE CONCEIÇÃO EVARISTO

Emily Beatriz da Silva Santos¹
Cíntia Acosta Kütter²

¹ Graduanda em Letras pela Universidade Federal Rural da Amazônia.

² Docente da Universidade Federal Rural da Amazônia e do PPGL da Universidade Federal da Paraíba.

RESUMO: O presente trabalho surge da importância de discutirmos o papel da mulher negra na sociedade brasileira, em vista da urgência de uma reestruturação que esta última carece. Portanto, objetiva-se realizar uma análise de dois contos: *Duzu-Querença*, presente no livro *Olhos d'água* (2016a), e *Maria do Rosário Imaculada dos Santos*, do livro *Insubmissas lágrimas de mulheres* (2016b), ambos de Conceição Evaristo. A base teórica utilizada na análise constrói-se a partir de Kilomba (2019); Morrison (2019); Spivak (2010); Carneiro (2011) e Gonzalez (2020). A partir da discussão realizada, constatou-se que as vivências de Evaristo atravessam o processo de criação de suas personagens, revelando a realidade experienciada por grande parte das mulheres negras no Brasil, enquanto sujeitos outremizados. Essas mulheres que se encontram em condições subalternas, mas ainda conseguem habitar seu lugar de fala possibilitando que suas histórias sejam ouvidas.

Palavras-chave: Conceição Evaristo; subalternidade; escrivência.

ABSTRACT: The present work bears the importance of the social role of black women in Brazilian society, bearing in mind the urgency of change that society needs. Thus, the objective is analysis of the short stories *Duzu-Querença*, present in the book *Olhos d'água* (2016), and *Maria do Rosário Imaculada dos Santos*, from the book *Insubmissas lágrimas de mulheres* (2016), by *Conceição Evaristo*. The theoretical basis used in the analysis is built from Kilomba (2019); Morrison (2019); Spivak (2010); Carneiro (2011); and Gonzalez (2020). From the discussion carried out, it was found that Evaristo's experiences go through the process of creating his characters, revealing the reality experienced by most black women in Brazil. As outsourced subjects, these women find themselves in subordinate conditions, but even so they take possession of their speaking place, enabling their stories to be heard.

Keywords: Conceição Evaristo; subalternity; escrivência.

1 INTRODUÇÃO

A temática racial e de gênero tem sido apontada de forma cada vez mais urgente em vista das movimentações de grupos que reivindicam mudanças nas estruturas que regem a construção das relações sociais, fortemente marcadas pelo preconceito e discriminação. Nesse sentido, encontramos na escrita da escritora Conceição Evaristo, especialmente nos contos que pretendemos discutir neste artigo, um vasto repertório que nos permite analisar questões como a formação da mulher negra na sociedade brasileira; os processos que provocam a subalternização e a Outremização do/a negro/a; e a presença de traços de ancestralidade na formação de suas personagens, dentre tantos outros aspectos.

O presente trabalho nasce da inquietação sobre o lugar ocupado pela mulher negra nos estudos literários, especialmente na contemporaneidade, buscando apontar para uma tomada de consciência e pensar sobre como combater tantas violências infligidas ao corpo negro feminino na condição de colonizado, em uma sociedade que afirma não ser racista, nem sexista, como no caso da brasileira. Sob essa perspectiva, os contos de Conceição Evaristo presentes nos livros *Insubmissas Lágrimas de Mulheres* (2016) e *Olhos d'água* (2016), nos apresentam narrativas que se assemelham aos inúmeros relatos de mulheres negras, conhecidas e anônimas, apresentando um olhar crítico e sensível sobre as vivências que marcam o corpo e a alma femininos. Lemos as histórias contadas por Evaristo como retratos de mulheres atuais e do passado que compartilham a mesma ancestralidade; além disso, carregam os traços da vida da própria autora, caracterizando, assim, sua escrevivência.

Refletir e combater são verbos que, dentro da temática do racismo, se complementam. Tendo em vista que em diversos âmbitos sociais, inclusive o acadêmico, a noção equivocada de que os conhecimentos, vivências, hábitos e características advindos dos povos negros são inferiores se perpetua. Refletir sobre o racismo é combater “(...) a ideia de que certos corpos pertencem a determinados lugares (...)” (KILOMBA, 2019, p. 38). Sobre essa constatação podemos relacioná-la às ideias que ainda

povoam o imaginário popular, especialmente do ocidente, de que uma pessoa negra não pode e não deve ocupar determinados lugares sociais, baseando-se, por vezes, em teorias científicas do século XIX, que buscavam justificar o racismo alegando a inferioridade do negro em detrimento do branco.

Com isso, a ideia de que corpos negros devem, preferencialmente, ocupar um lugar periférico, de silêncio e marginalidade, encontra-se pautada na formação da estrutura social que conhecemos. Dessa maneira, a mulher negra encontra-se duplamente vulnerável, evidenciando sua condição de subalternidade. É importante destacar que o termo subalterno foi utilizado inicialmente por Gramsci para se referir ao “proletariado”. Para ele,

[...] os grupos subalternos sofrem sempre a iniciativa dos grupos dominantes, mesmo quando se rebelam e insurgem: só a vitória “permanente” rompe, e não imediatamente, a subordinação. Verifica-se, em seu processo histórico, que na realidade, mesmo quando parecem vitoriosos, os grupos subalternos estão apenas em estado de defesa, sob alerta. (GRAMSCI, 2002, p. 135 apud SIMIONATTO, 2009, p. 42)

O autor faz referência às lutas das classes trabalhadoras, chamadas por ele de “classes subalternas”, que se encontravam em constante estado de luta contra a ação de grupos político-culturais dominantes, no contexto das transformações sócio-políticas e econômicas na Itália do século XX. Sobre o uso do termo na contemporaneidade, Ivete Simionatto aponta que,

A categoria “subalterno” e o conceito de “subalternidade” têm sido utilizados, contemporaneamente, na análise de fenômenos sociopolíticos e culturais, normalmente para descrever as condições de vida de grupos e camadas de classe em situações de exploração ou destituídos dos meios suficientes para uma vida digna. (SIMIONATTO, 2009, p. 42).

Dessa maneira, o termo em questão passou a ser utilizado de forma a abranger todos os grupos de sujeitos em situação de vulnerabilidade, seja econômica ou social. No entanto, a teórica indiana Gayatri C. Spivak, esclarece que o termo subalterno descreve “as camadas mais baixas da sociedade, constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante.” (SPIVAK, 2000 apud

ALMEIDA, 2010, p. 12). Trata-se, portanto, de grupos de sujeitos historicamente silenciados, impedidos de ocuparem os espaços privilegiados no mercado de trabalho, na política, nos grupos intelectuais e demais espaços de destaque social.

No que tange o processo de Outremização, na obra *A Origem dos Outros* (2019), de Toni Morrison, que reúne seis ensaios sobre racismo e literatura, nos esclarece, pois para a autora,

Descrições de diferenças culturais, raciais e físicas que denotam “Outremização” mas permanecem imunes às categorias de valor ou status são difíceis de encontrar. Muitas, se não a maioria, das descrições textuais/literárias de raça oscilam entre dissimuladas, nuançadas e pseudocientificamente “provadas”. E todas elas possuem justificativas e pretensões de certeza destinadas a sustentar a dominação (MORRISON, 2019, p. 13).

Ou seja, a *Outremização* pode ser compreendida como uma forma de dominação, muito utilizada pelo colonizador com o objetivo de inferiorizar os sujeitos colonizados, tornando-os “Outros”. Portanto, ela está relacionada com a tendência humana de ver o sujeito que não possui as mesmas características físicas, culturais e sociais como inferiores, impróprios, inadequados e, que por esse motivo, precisam ser controlados. Trata-se de um processo que, acima de tudo, desumaniza os sujeitos.

Faz-se necessário, também, compreendermos as concepções acerca dos termos “Sujeito” e “Objeto”. Para tanto, nos valem do que postula Bell Hooks (1989, p. 42 apud KILOMBA, 2019, p. 19), ao afirmar que sujeitos são aqueles que “têm o direito de definir suas próprias realidades, estabelecer suas próprias identidades de nomear suas histórias”, enquanto aqueles que são considerados objetos tem sua “história designada somente de maneiras que definem sua relação com aqueles que são sujeitos”. A compreensão desses dois termos, para além dos conceitos, precisa considerar como foram empregados ao longo do projeto colonial, contribuindo para a diáspora africana e perdurando até os dias atuais.

Pensando com Grada Kilomba em seu livro *Memórias da Plantação* (2019), a autora discute sobre os processos que envolvem a formação do “Outro” e do “Sujeito”. Kilomba destaca o silenciamento historicamente imposto,

especialmente à mulher negra, colocando-a sempre na posição de “Outra”, incapaz de ser protagonista de sua própria história. Colocando-se na posição inversa, a de “sujeito”, Kilomba afirma que “(...) quando falamos, nosso discurso é frequentemente interpretado como uma versão dúbia da realidade, não imperativa o suficiente para ser dita nem tampouco ouvida” (KILOMBA, 2019, p. 29). Trata-se, portanto, de um processo de distorção do discurso desses sujeitos, subjugados pelo discurso eurocêntrico dominante.

Os contos de Conceição Evaristo revelam traços deixados pelo racismo, em uma sociedade que ainda cultiva o discurso da democracia racial, conceito esse que nega a existência de preconceito no Brasil. Os efeitos causados por essa violência tornam-se ainda mais nocivos quando associados ao sexismo, pois afetam brutalmente as mulheres negras. As autoras Sueli Carneiro e Lélia Gonzalez nos ajudam a compreender essas questões por meio das abordagens feitas nos livros *Racismo, sexismo e desigualdades no Brasil* (2011), e *Por um feminismo afro-latino-americano* (2020), respectivamente.

Sueli Carneiro não só descreve os efeitos do racismo e sexismo, como também apresenta a luta dos movimentos de mulheres negras para dar visibilidade a essas questões, a fim de promover ações de combate a essas práticas. A filósofa aponta que

[...] as mulheres negras brasileiras trabalharam ativamente para dar visibilidade ao racismo e à discriminação racial na Declaração e no Plano de Ação da Conferência Regional, documentos avaliados pelos Estados da região que reconhecem o racismo como fonte do colonialismo e da escravidão, a persistência dessas práticas discriminatórias, o caráter determinante que elas têm na pobreza e marginalização social dos afro-latino-americanos e, sobretudo, as múltiplas formas de opressão que a conjugação de racismo com sexismo produz nas mulheres afrodescendentes (CARNEIRO, 2011, p. 111).

Essa constatação revela, não só um compromisso desses grupos de mulheres para combater as práticas discriminatórias, como os próprios efeitos causados por essas práticas, que atingem com mais brutalidade as mulheres afrodescendentes.

Ainda sobre o racismo, a intelectual e ativista Lélia Gonzalez o caracteriza como “[...] uma

construção ideológica cujas práticas se concretizam nos diferentes processos de discriminação racial. Enquanto discurso de exclusão que é, ele tem sido perpetuado e reinterpretado de acordo com os interesses dos que dele se beneficiam” (GONZALEZ, 2020, p. 47). Enquanto construção ideológica, o racismo tem moldado a formação social brasileira, muitas vezes disfarçado através do mito da democracia racial, cujo discurso contribui para que atos discriminatórios praticados contra o grupo negro sejam justificados, como exemplifica a autora:

Com isso [mito da democracia racial], o grupo racial dominante justifica sua indiferença e sua ignorância em relação ao grupo negro. Se o negro não ascendeu socialmente e não participa com maior efetividade nos processos políticos, sociais, econômicos e culturais, o único culpado é ele próprio. Dadas as suas características de “preguiça”, “irresponsabilidade”, “alcoolismo”, “infantilidade” etc. ele só pode desempenhar, naturalmente, os papéis sociais mais inferiores. (GONZALEZ, 2020, p. 31).

Percebe-se que esse discurso não só desqualifica os sujeitos negros, como faz recair sobre os próprios a incumbência pelos possíveis fracassos, isenta o grupo branco de qualquer responsabilidade e ainda justifica a exploração dos negros alegando não haver outras possibilidades de trabalho se não aquelas mais insalubres.

As personagens criadas por Conceição Evaristo se encontram atravessadas pelas vivências da autora, que aborda com singularidade sobre temáticas que lhe são familiares. Os contos que nascem da escrevivência Evaristiana revelam com singularidade a realidade de grande parte das mulheres afro-brasileiras. Dessa forma, se faz necessário entendermos como surgiu o termo “escrevivência”, pois ele ajuda-nos a compreender a construção das personagens dos contos de Evaristo.

No livro *Escrevivência: a escrita de nós* (2020), organizado por Constância Duarte e Isabella Nunes, que reúne trabalhos de autores/as que abordam sobre o tema, encontramos a definição do termo segundo a própria Conceição Evaristo. A autora explica que seu surgimento se deu através de um jogo com as palavras “escrever”, “viver”, “se ver”, resultando na palavra “escrevivência”.

Escrevivência, em sua concepção inicial, se realiza como um ato de escrita das mulheres negras, como uma ação que pretende borrar, desfazer uma imagem do passado, em que o corpo-voz de mulheres negras escravizadas tinha sua potência de emissão também sob o controle dos escravocratas, homens, mulheres e até crianças. (EVARISTO, 2020, p. 30).

A autora explica ainda que “a imagem que gerou o termo foi a figura da Mãe Preta, mulher que vivia como escrava dentro da casa-grande.” (EVARISTO, 2020, p. 29-30). À ela era destinada, além de outras tarefas, a função de cuidar dos filhos dos/as senhores/as e lhes contar histórias de ninar, ressaltando o estado de submissão em que se encontrava, como aponta a autora: “Havia o momento em que esse corpo escravizado, cerceado em suas vontades, em sua liberdade de calar, silenciar ou gritar, devia estar em estado de obediência para cumprir mais uma tarefa, a de contar histórias para adormecer os da casa-grande”. (EVARISTO, 2020, p. 30). Nesse sentido, a escrevivência surge como uma forma de resistência à esse estado de submissão muitas vezes ordenado à mulher negra.

Nos contos escolhidos para compor esta análise, a autora apresenta mulheres como protagonistas que tomam posse de suas próprias histórias, após terem sido violentadas, sequestradas, impedidas de estudar, arrancadas de suas famílias. Mulheres que imprimem em seus corpos negros a resistência e “(...) concebem a sua própria ressurreição e persistem vivendo.” (EVARISTO, 2016a, p. 49), vivências carregadas pela herança da ancestralidade, que se configura como elemento identitário. Esses aspectos são fundamentais para a análise a que se propõe este trabalho, pois marcam a passagem das personagens da condição de “objeto” para a de “Sujeito”.

2 DE DUZU-QUERENÇA À MARIA DO ROSÁRIO: PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO DAS PERSONAGENS EVARISTIANAS

Conceição Evaristo emprega em sua escrita vários aspectos que remontam às suas vivências, consciente de sua condição de mulher negra, pobre e periférica desde a infância. Nesse sentido, a criação das personagens Evaristianas não estão isentas

desses aspectos, possibilitando que o leitor encontre um pouco da autora em Duzu, na menina Querença e em Maria do Rosário, personagens dos dois contos discutidos neste trabalho.

Em conferência no I Colóquio de Escritoras Mineiras, ocorrido em 2009, Evaristo faz um retorno à sua infância, relatando como teve que aprender, desde cedo, sobre as responsabilidades que vinham com a carestia de recursos de sua família.

Mãe lavadeira, tia lavadeira e ainda eficientes em todos os ramos dos serviços domésticos. Cozinhar, arrumar, passar, cuidar de crianças. Também eu, desde menina, aprendi a arte de cuidar do corpo do outro. Aos oito anos surgiu meu primeiro emprego doméstico e ao longo do tempo, outros foram acontecendo. Minha passagem pelas casas das patroas foi alternada por outras atividades, como levar crianças vizinhas para escola, já que eu levava os meus irmãos. (EVARISTO, 2009).

A autora traduz o cuidado com o corpo do outro como uma arte, que lhe foi ensinada muito cedo. Primeiro através do cuidado com seus irmãos, depois com a responsabilidade sobre os filhos de seus vizinhos. Aos oito anos de idade, Conceição Evaristo já lidava com os fardos da subalternidade.

O trabalho doméstico na infância também faz parte da trajetória das personagens Duzu e Maria do Rosário. Duzu, protagonista do conto *Duzu-Querença*, foi levada pelos pais, ainda criança, para trabalhar na casa de uma senhora na capital, alimentados pela esperança de que lá ela teria um futuro melhor. E no caso da personagem Maria do Rosário, no conto *Maria do Rosário Imaculada dos Santos*, que foi sequestrada de sua família, aos sete anos de idade, por um casal de “estrangeiros”, e forçada a desempenhar os serviços domésticos.

Em outro trecho de sua fala, Evaristo revela como a pobreza relatada no livro *Quarto de Despejo* (1960), de Carolina Maria de Jesus, era familiar em seu cotidiano e de seus familiares.

Como Carolina Maria de Jesus, nas ruas da cidade de São Paulo, nós conhecíamos nas de Belo Horizonte, não só o cheiro e o sabor do lixo, mas ainda, o prazer do rendimento que as sobras dos ricos podiam nos ofertar. Carentes de coisas básicas para o dia a dia, os excedentes de uns, quase sempre construídos sobre a miséria de outros, voltavam humildemente para as nossas mãos. Restos. (EVARISTO, 2009, p. 23).

Sobreviver das sobras foi a forma encontrada por eles para driblar a miséria. E essa ainda continua sendo a realidade de boa parte da população negra no Brasil. De acordo com os dados apontados na Síntese dos indicadores sociais (2020), do IBGE, a incidência de pobreza e distribuição percentual da população pobre no Brasil se concretiza, em sua maioria, entre as mulheres negras.

No cruzamento das informações sobre sexo e cor ou raça das pessoas, foram as mulheres de cor ou raça preta ou parda que se destacaram entre os pobres: eram 28,7% da população, 39,8% dos extremamente pobres e 38,1% dos pobres. O arranjo domiciliar formado por mulheres de cor ou raça preta ou parda responsáveis, sem cônjuge e com presença de filhos menores de 14 anos, também foi aquele que concentrou a maior incidência de pobreza: 24% dos moradores desses arranjos tinham rendimento domiciliar per capita inferior a US\$ 1,90 e 62,4% inferior a US\$ 5,50 (IBGE, 2020, p. 67).

Os dados revelam, ainda, que a mulher negra continua sendo o pilar da subsistência familiar em nosso país. Além disso, outros índices presentes no documento, verificam que os serviços domésticos estão entre as atividades econômicas de menor rendimento do país, além do nível de escolaridade das pessoas que prestam tais serviços estar entre os mais baixos.

Tanto as vivências da infância de Evaristo quanto os aspectos contidos na realidade da população negra no Brasil, encontram-se presentes na formação das personagens Evaristianas. Nos trechos que narram a viagem da personagem Duzu, ainda criança, percebemos que a maior motivação para aquele deslocamento era a esperança de “caminhar para o amanhã”, vislumbrando um futuro sem miséria e com condições dignas de vida.

Quando Duzu chegou pela primeira vez à cidade, ela era menina, bem pequena. Viera numa viagem de trem, dias e dias. Atravessara terras e rios. As pontes pareciam frágeis. Ela ficava o tempo todo esperando o trem cair. A mãe já estava cansada. Queria descer no meio do caminho. O pai queria caminhar para o amanhã (EVARISTO, 2016b, p. 32).

Percebemos outro aspecto que dialoga com a história da autora, que também se deslocou de seu lugar de origem para, então, vislumbrar um futuro melhor, como relata em seu depoimento.

Aos sete anos, fui morar com a irmã mais velha de minha mãe, minha tia Maria Filomena da Silva. Ela era casada com Antonio João da Silva, o Tio Totó, viúvo de outros dois casamentos. Não tiveram filhos. Fui morar com eles, para que a minha mãe tivesse uma boca a menos para alimentar (EVARISTO, 2009).

O deslocamento também se faz presente na narrativa da personagem Maria do Rosário. Ao contrário de Duzu, Maria foi retirada à força de seu lugar, sendo sequestrada por um casal que, a princípio, achava-se que fossem estrangeiros, quando na verdade tratava-se de moradores do sul do Brasil.

Eu era bem menina ainda, tinha uns sete anos no máximo, mas tenho na memória a nitidez da cena. (...) Um jipe e um casal estrangeiro (depois, com o tempo, descobri, eram pessoas do sul do Brasil) em nossas paragens. Pararam em nossa porta, desceram, conversaram conosco e ofereceram aos grandes, caso eles permitissem, um passeio com a criançada. Foi permitido. (...) Na última [viagem], só faltava eu e um dos meus irmãos, o maior, o Toninho. Subimos contentes e o carro, aos poucos, foi ganhando distância, distância, distância... Aflitos e temerosos, pois começava a escurecer, pedimos ao moço e à moça para fazer o caminho de volta. Eles apenas sorriram e continuaram adiante. Depois de muito tempo, noite adentro, eles pararam o jipe, puxaram violentamente o meu irmão, deixando o pobrezinho no meio da estrada aos gritos e continuaram a viagem comigo, me levando adiante. Nos primeiros dias, eu, na minha inocência, divagava entre o temor e a confiança. Nunca tinha escutado sobre casos de roubo de criança (EVARISTO, 2016a, p. 44-46).

Essa travessia relembra o trajeto que muitos africanos fizeram quando também foram sequestrados no continente Africano para serem escravizados no Brasil. Dessa forma, a narrativa presente no conto, pautada na realidade, atualiza a ação nefasta do branco colonizador, desencadeada por meio da escravização do povo negro ainda na atualidade. A violência da ação do dominador fazia parte das histórias contadas pelos mais velhos da comunidade familiar de Maria do Rosário, e foi lembrando a história de seus ancestrais que a menina percebeu a gravidade da situação em que se encontrava.

E foi preciso que passassem muitos dias e muitas noites de viagem nas estradas, para que eu entendesse que a moça e o moço estrangeiros tinham me tomado de meus pais. E, quando alcancei a gravidade da situação, por muito tempo pensei que fosse acontecer comigo o que, muitas vezes, escutei os mais velhos contar. As histórias de escravidão de minha gente. Eu ia ser vendida como uma menina escrava (EVARISTO, 2016a, p. 46).

Outro movimento que espelha as personagens Duzu, sua neta Querença e Maria do Rosário e a própria Conceição Evaristo é a confiança depositada na Educação, vista como um fator de transformação, como ponte para uma vida melhor e mais digna. Em um país em que o acesso à educação é tão difícil para a população negra, como acontece no Brasil, pensar no poder do ensino, apresenta-se como uma forma de resistência.

Tendo em vista o papel fundamental que a educação desempenha na formação dos sujeitos, tanto para a formação cidadã, quanto para o mercado de trabalho, é preocupante o que se verifica nos índices sobre o acesso ao conhecimento. Como exemplo, se verificarmos os dados sobre a possibilidade de um/a jovem negro/a frequentar o ensino superior em comparação a um/a jovem branco/a, como aponta o IBGE, percebemos uma grande disparidade: “Na faixa de 18 a 24 anos, um jovem branco tem, aproximadamente, duas vezes mais chances de frequentar ou já ter concluído o ensino superior que um jovem preto ou pardo – 35,7% contra 18,9%.” (IBGE, 2020, p. 90). Constatase que essas desigualdades, quando pensamos as dificuldades que o grupo negro tem de competir igualmente com a população branca, acentuam a vulnerabilidade socioeconômica do/a negro/a no Brasil.

Vale ressaltar que a diferenciação dos sujeitos pela cor não tem o mesmo efeito em todos os/as negros/as, como aponta Aline Djokic (2015), sobre a ação do colorismo:

Ao contrário do racismo, que se orienta na identificação do sujeito como pertencente a certa raça para poder exercer a discriminação, o colorismo se orienta somente na cor da pele da pessoa. Isso quer dizer que, ainda que uma pessoa seja reconhecida como negra ou afrodescendente, a tonalidade de sua pele será decisiva para o tratamento que a sociedade dará a ela (DJOKIC, 2015).

Sendo assim, os critérios utilizados pelo IBGE se mostram problemáticos em relação a diferenciação dos sujeitos em cor ou raça, visto que os efeitos da discriminação para os negros são piores quanto mais retinta for a cor da pele.

A ação transformadora da educação se concretiza na vida de Evaristo, que se via, desde a infância, rodeada de palavras, reconhecendo o valor

que tinham as narrativas orais de seus familiares. E, assim como Bell Hooks ensina, Conceição Evaristo transgride o sistema discriminatório que encontrava nas escolas desde sua formação inicial.

Minha passagem pela escola não tinha sido de uma aluna bem-comportada. Esperavam certa passividade de uma menina negra e pobre, assim como da sua família. E não éramos. Tínhamos uma consciência, mesmo que difusa, de nossa condição de pessoas negras, pobres e faveladas. (EVARISTO, 2009).

Ser submissa não está nos planos da autora e a noção do lugar social em que se encontra juntamente com seus familiares, acentua em Evaristo a percepção de educação enquanto ação libertadora. Nesse sentido, Bell Hooks afirma que “A educação como prática da liberdade é um jeito de ensinar que qualquer um pode aprender” (HOOKS, 2013, p. 25), então Conceição Evaristo desafia o sistema de segregação das escolas e posiciona-se como sujeito que possui uma voz, que não aceita o lugar de submissão e passividade que são impostos a ela.

Evaristo cultivava a leitura como um lugar de fascínio e de incontáveis possibilidades, nos livros ela desvendava os mistérios do mundo.

Gosto, entretanto, de enfatizar, não nasci rodeada de livros, do tempo/espço aprendi desde criança a colher palavras. A nossa casa vazia de bens materiais era habitada por palavras. (...) Tudo era narrado, tudo era motivo de prosa-poesia, afirmo sempre. Entretanto, ainda asseguro que o mundo da leitura, o da palavra escrita, também me foi apresentado no interior de minha família que, embora constituída por pessoas em sua maioria apenas semi-alfabetizadas, todas eram seduzidas pela leitura e pela escrita. Tínhamos sempre em casa livros velhos, revistas, jornais. Lembro-me de nossos serões de leitura. Minha mãe ou minha tia a folhear conosco o material impresso e a traduzir as mensagens. E eu, na medida em que crescia e ganhava a competência da leitura, invertia os papéis, passei a ler para todos (EVARISTO, 2009, p. 52).

Boa parte daqueles que compunham a comunidade familiar da autora eram semialfabetizados que encontravam na oralidade um caminho para a transmissão de conhecimento e de valores. Dessa forma, a tradição das narrativas orais presente nas culturas africanas, deixa seus traços e atualiza sua importância nos grupos afro-descendentes. Para Zuleide Duarte (2012): “Nas sociedades tradicionais africanas as narrativas orais

configuram os pilares onde se apoiam os valores e as crenças transmitidas pela tradição e, simultaneamente, previnem as inversões éticas e o desrespeito ao legado ancestral da cultura.” (p. 182). Sendo assim, a oralidade aparece não só como um pilar para a manutenção da cultura desses povos, como também desempenha um papel de valorização da identidade dos sujeitos, como enfatiza Duarte,

[...] o texto oral transmite o legado mais legítimo das culturas locais através dos exemplos que visam à solidificação dos laços entre os membros do grupo e garante o discernimento do lugar de pertença do indivíduo, sua identitária filiação permitindo-lhe uma visão de si mesmo e do outro com um mínimo de conflitos (DUARTE, 2012, p. 182).

É no sentido de valorização da identidade e de retomada do lugar de pertença, que a narrativa oral se insere na vida da personagem Maria do Rosário, pois é retomando a sua memória e as histórias contadas pelos familiares que a protagonista consegue manter viva dentro de si suas origens, ainda que com o passar do tempo vá havendo um apagamento de algumas lembranças.

Ainda sobre o papel da educação, no conto *Duzu-Querença*, antes de se depararem com a realidade da exploração, a menina Duzu e seu pai dividiam a esperança de uma outra vida através do trabalho e dos estudos. No entanto, ao chegar em seu destino, a casa grande de muitos quartos, o que aguardava Duzu, na verdade, era a exploração do trabalho doméstico e depois a exploração sexual.

Era preciso também dar outra vida para a filha. Na cidade havia senhoras que empregavam meninas. Ela podia trabalhar e estudar. Duzu era caprichosa e tinha cabeça para leitura. Um dia sua filha seria pessoa de muito saber. E a menina tinha sorte. Já vinha no rumo certo. Uma senhora que havia arrumado trabalho para a filha de Zé Nogueira ia encontrar com eles na capital. (EVARISTO, 2016b, p. 32).

Apesar das mazelas que marcam a vida de Duzu, a personagem não deixa de acreditar na educação reafirmando em sua neta Querença, a esperança, os sonhos que ela não pôde realizar. Querença carrega consigo o anseio de encerrar o ciclo de pobreza, violência e miséria que até então marcava os seus.

E foi no delírio da avó, na forma alucinada de seus últimos dias, que ela, Querença, haveria de sempre umedecer seus sonhos para que eles florescessem e se cumprissem vivos e reais. Era preciso reinventar a vida, encontrar novos caminhos. Não sabia ainda como. Estava estudando, ensinava as crianças menores da favela, participava do grupo de jovens da Associação de Moradores e do Grêmio da Escola. Intuíra que tudo era muito pouco. A luta devia ser

No conto *Maria do Rosário Imaculada dos Santos*, os estudos aparecem como uma motivação para a protagonista continuar vivendo. E não só isso, as possibilidades que vão sendo apresentadas através da educação também desempenham um papel importante para a reviravolta na vida da personagem, como uma bússola que, misteriosamente, conduz Maria do Rosário até seus familiares e sua vida antes do sequestro.

A lembrança do dia em que fui roubada voltava incessantemente. Às vezes, com todos os detalhes, ora grosseiramente modificada. Na versão modificada, eu- menina era jogada no porão de um navio pelo casal que tinha me roubado de casa. Além do constante retorno a essa dor, eu estava vivendo o final do meu segundo casamento. Só um motivo me mantinha viva: os meus estudos. Estava concluindo o 2º grau e me preparando para seguir adiante, apesar do desânimo que me acometia algumas vezes. E foi na ambiência dos estudos que surgiu minha salvação a partir de um ciclo de palestras sobre “Crianças desaparecidas”. (EVARISTO, 2016a, p. 52).

Nota-se que os estudos aparecem como um sinônimo de salvação, não só no sentido de fazer a personagem retornar às suas origens, como também em possibilitar uma ascensão, um meio pelo qual se possa viver dignamente.

Todos os aspectos expostos se entrelaçam no processo criativo de Conceição Evaristo. Desde as mazelas à esperança compartilhada, há ainda o vislumbre de um momento de liberdade, de uma vivência mais digna e de um futuro melhor para os seus. A autora transmite para o texto escrito aquilo que pertence a oralidade reforçando o importante papel que esta desempenha na manutenção das tradições aprendidas com os mais velhos.

Grada Kilomba em seu livro *Memórias da Plantação* (2019), escreve sobre ser o sujeito de sua história e escrita, o que dialoga diretamente com a proposta de Evaristo ao nos apresentar histórias de mulheres que nascem sob a perspectiva dirigida pela autora, de carregar consigo as vivências de uma

mulher negra. Kilomba descreve o processo de mudança da posição de Outro para a de Sujeito, exemplificando com seu próprio ato de escrita, de tomada de voz, afirmando que ao escrever

[...] eu não sou a “Outra”, mas sim eu própria. Não sou o objeto, mas o sujeito. Eu sou quem descreve minha própria história, e não quem é descrita. Escrever, portanto, emerge como um ato político. (...) Enquanto escrevo, eu me torno a narradora e a escritora da minha própria realidade, a autora e a autoridade na minha própria história. Nesse sentido, eu me torno a oposição absoluta do que o projeto colonial predeterminedou. (KILOMBA, 2019, p. 19).

Ao tomar posse da posição de sujeito, os indivíduos marginalizados encontram formas de serem ouvidos, de falarem sobre suas realidades, se despidendo dos estereótipos. Não podemos esquecer que por muito tempo essas realidades foram distorcidas, encobertas pela ideia de que alguns corpos pertencem a determinados lugares. Pelo contrário, o corpo negro pode e deve ocupar o lugar que quiser, como reforça Grada Kilomba, “[...] ao reinventar a si mesma/o [o sujeito] nomeia uma realidade que fora nomeada erroneamente ou sequer fora nomeada” (2019, p. 20). Ao tomarem para si a palavra, esses sujeitos podem reivindicar as oportunidades de vida que lhes foram arrancadas, utilizando a voz que por tanto tempo foi silenciada.

As personagens Duzu e Maria do Rosário são lidas como representações desse silenciamento. Suas histórias são retratos de um enorme grupo de mulheres afro-brasileiras, que reencenam em seu cotidiano os efeitos da ação colonizadora. Nesse sentido, tomemos como exemplo o apagamento da identidade do sujeito dominado. Aqui pensamos o conceito de Stuart Hall (2006), que associa identidade ao fator cultural e a memória coletiva:

As culturas nacionais, ao produzir sentido sobre “a nação”, sentidos com os quais podemos nos *identificar*, constroem identidades. Esses sentidos estão contidos nas histórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que dela são construídas. (HALL, 2006, p. 51, grifo da autora).

Sendo assim, se a identidade é constituída pela memória enquanto “[...] lugar de inscrições que restituem uma história que não foi escrita, o lugar da emergência da verdade (...)” (GONZALEZ, 2020, p. 70), a ação colonial trabalha para apagar essa memória, destituindo os sujeitos dominados das

características adquiridas por meio da vivência em sua comunidade de origem, suas tradições e valores.

Dessa forma, um dos principais empreendimentos do projeto colonial encontra-se pautado na distorção da identificação dos escravizados comparando-os à meros objetos. A justificativa para tal ação, estava na ideologia cultivada pelo colonizador de que, ao serem diminuídos e vistos em condição de objetos, os negros escravizados não poderiam questionar as ações do colonizador, como bem esclarece a professora Sharyse Amaral (2011),

A coisificação jurídica do escravizado fazia parte de uma estratégia de dominação que buscava desumanizar os escravizados e que ao mesmo tempo em que os destituía de todos os direitos criava uma ideologia de subalternidade, segundo a qual eles seriam incapazes de refletir e contestar a própria condição. (AMARAL, 2011, p. 13).

Portanto, a subalternização do sujeito escravizado e, por consequência, de seus descendentes, era um dos objetivos da ação colonial, refletindo seus efeitos até a atualidade. E a partir dessas constatações, fica evidente a relevância que autores como Conceição Evaristo desempenham no processo de problematização da consciência adquirida com a lógica do dominador.

A escrita de Evaristo extrapola os limites da literatura e encontra-se de acordo com o processo descrito por Kilomba. Uma escrita que “[...] tem a capacidade de transitar, de convocar as mais diferentes pessoas” (EVARISTO, 2020).

Nesse sentido que nascem suas personagens. Em Duzu e Maria do Rosário se manifestam não apenas a subalternidade, mas também o papel de desafiar a consciência que nos leva a crer na inferioridade daqueles que diferem de nós. Vale ressaltar que utilizamos o termo consciência no sentido proposto por Lélia Gonzalez (2020), como “[...] o lugar do desconhecimento, do encobrimento, da alienação, do esquecimento e até do saber.” (p. 70).

Nesse processo de problematização da consciência dominante, cabe também o questionamento sobre como as práticas acadêmicas têm contribuído para aumentar ou diminuir a discriminação da comunidade negra, especialmente no Brasil. Tal questionamento se faz pertinente, uma vez que cotidianamente nos deparamos com casos de

racismo nos centros acadêmicos, praticados explicitamente ou de forma velada.

Ao se colocar na posição de sujeito que fala por si, Conceição Evaristo repassa para suas personagens a sua voz, possibilitando que questionem, e coloquem à prova o discurso dominante. Ainda que a personagem Duzu não concretize seus sonhos, ela deixa as marcas da esperança em sua neta Querença e imprime na menina a responsabilidade de manter viva a história de sua ancestralidade, pois enxerga em Querença uma nova chance, como vemos no trecho: “Quem disse que estrela era só para fadas! Estrela era para ela, Duzu. Estrela era para Tático, para Angélico. Estrela era para a menina Querença, moradia nova, bendito ayê, onde ancestrais e vitais sonhos haveriam de florescer e acontecer.” (EVARISTO, 2016b, p. 36). Nesse sentido, *estrela* vira sinônimo de resistência, de esperança que se renova através de Querença, do brilho que por meio da memória clareia a realidade.

3 A AUTOCONFIRMAÇÃO DE HUMANIDADE: PROCESSOS QUE PERMEIAM A CONCEPÇÃO DE UM OUTRO “MENOS HUMANO”

Um dos pontos que precisamos enfatizar é a questão da construção da ideia de “Outro”, uma vez que ela é foi muito empregada para se referir aos escravizados e conseqüentemente se estendendo aos seus descendentes.

O ponto principal da questão está na negação de que todos os indivíduos dividem em si dois lados que se opõem, direcionando a parte “má” ao outro, de forma a isentar-se da culpa por suas ações, como bem explica Grada Kilomba, quando diz que

Esse fato é baseado em processos nos quais partes cindidas da psique são projetadas para fora, criando o chamado “Outro”, sempre como antagonista do “eu” (self). Essa cisão evoca o fato de que o sujeito branco de alguma forma está dividido dentro de si próprio, pois desenvolve duas atitudes em relação à realidade externa: somente uma parte do ego – a parte “boa”, acolhedora e benevolente – é vista e vivenciada como “eu” e o resto – a parte “má”, rejeitada e malévola – é projetada sobre a/o “Outra/o” como algo externo (KILOMBA, 2019, p. 24).

Tal processo marca a ação escravizadora, que justificava a violência empregada aos negros como

sendo “benéfica”, como um estímulo necessário para despertar “o lado bom” do negro. Toni Morrison em seu livro *A Origem dos Outros* (2019), aborda os fatores que envolvem o desejo incansável de controlar o Outro, utilizando exemplos de cientistas do século XIX que produziram teorias para justificar a escravização. Um dos exemplos diz respeito ao *Relatório sobre as doenças e peculiaridades da raça negra*, produzido pelo médico e senhor de escravos Samuel Cartwright (1851), no qual afirma que,

Os negros, via de regra, salvo raras exceções, só podem ter suas faculdades intelectuais despertadas o suficiente para receberem cultura moral e para se beneficiarem da instrução religiosa ou de outra natureza quando submetidos à autoridade obrigatória do homem branco. (CARTWRIGHT, 1851 apud MORRISON, 2019, p. 14).

Nota-se que a motivação para tal violência se pauta na distorção do desejo de controlar, que se esconde sob a máscara da benevolência. E segundo o senhor de escravos a dominação deve partir obrigatoriamente do homem/mulher branco/a, para de fato surtir efeito.

A obscuridade que envolve o processo de dominação do povo negro, se valendo muitas vezes da ciência e da política, estendeu suas heranças até a contemporaneidade. A divisão racial à qual o Ocidente foi submetido se configura acima de tudo como um sistema de controle, como bem pontua Morrison (2019): “A raça tem sido um parâmetro de diferenciação constante, assim como a riqueza, a classe e o gênero, todos relacionados ao poder e à necessidade de controle.” (p. 13-14). Sobre essa constatação, Grada Kilomba complementa dizendo que: “Em outras palavras, nós [negras/os] nos tornamos a representação mental daquilo com o que o sujeito branco não quer se parecer.” (2019, p. 26). Por este motivo, ainda perdura a ideia infeliz de que o corpo negro pertence aos lugares de submissão e subalternidade.

Na tentativa de confirmar sua humanidade o/a branco/a dominador/a revela sua própria desumanidade, a obscuridade presente em suas ações. Na verdade, o que há de fato é uma tentativa de apagamento de qualquer aspecto que revele semelhança com o “Outro”, como afirma Toni Morrison,

A necessidade de transformar o escravizado numa espécie estrangeira parece ser uma tentativa desesperada de confirmar a si mesmo como normal. A urgência em distinguir entre quem pertence à raça humana e quem decididamente não é humano é tão potente que o foco se desloca e mira não o objeto da degradação, mas seu criador (MORRISON, 2019, p. 30-31).

Portanto, a *Outremização* do/a escravizado/a e também do/a negro/a atual não acontece naturalmente, como se fosse uma característica inerente aos seres humanos, pelo contrário, se manifesta através do exemplo, como afirma Morrison, “[...] Já que ninguém nasce racista, e tampouco existe qualquer predisposição fetal ao sexismo, aprende-se a Outremização não por meio do discurso ou da instrução, mas pelo exemplo.” (2019, p. 16).

Duzu e Maria do Rosário experimentam esse processo de *Outremização* quando, ainda na infância, são tratadas como coisas, objetos, como se não carecessem de uma nomeação digna. Em *Duzu-Quereença*, a protagonista é identificada apenas como Duzu e tudo que se sabe sobre ela é que trata-se da filha de Zé Nogueira. Enquanto Maria do Rosário sofre o processo simbólico de renomeação e após o sequestro passa a ser identificada apenas com o nome “menina”.

Compreende-se que o nome que identifica uma pessoa carrega um patrimônio de parentesco, pois “O nome se trata de elemento designativo do indivíduo e constitui fator da sua identificação na sociedade, integrando a personalidade e indicando a procedência familiar.” (PEREIRA, 2004, p. 243 apud CUNHA, 2014, p. 7). No caso de Maria do Rosário, seu antecedente familiar aparece no início do conto, quando a personagem narra sobre a composição de sua comunidade parental: “Todos respondiam pelo sobrenome ‘dos Santos’ ou ‘dos Reis’, o que provocava sempre o seguinte comentário jocoso: quem não era do santo, era do rei.” (EVARISTO, 2016a, p. 45). Antes de ser sequestrada, a personagem já possuía uma identificação que remetia aos “dos Santos”, aos pais, irmãos, tios, avós e primos que ficaram para trás. Ao identificar Maria do Rosário apenas como “menina”, os sequestradores, assim como fizeram os colonizadores com os escravizados, apagaram aos poucos as lembranças que a personagem carrega

daqueles que dividem com ela algum parentesco. A obliteração do nome apresenta-se como uma maneira de eliminar também a ancestralidade, o elo familiar que liga uns aos outros, que carrega consigo histórias, tradições e vivências.

Outro fator presente nos contos, que pode ser visto como um efeito da *Outremização* das personagens, são as formas que Duzu e Maria do Rosário encontram para sobreviver após não estarem mais sob a exploração de seus algozes. No caso de Duzu, evidencia-se os efeitos devastadores da exploração que sofreu durante quase toda a sua vida. As possibilidades que se apresentavam diante da personagem resumem-se tão somente à permanência na condição de subalterna. Após se ver livre de sua primeira senhora, D. Esmeraldina, Duzu acaba indo para outras casas de prostituição, lugares onde a violência é corriqueira, onde seria explorada por outros/as senhores/as.

Duzu morou ali muitos anos e de lá partiu para outras zonas. Acostumou-se aos gritos das mulheres apanhando dos homens, ao sangue das mulheres assassinadas. Acostumou-se às pancadas dos cafetões, aos mandos e desmandos das cafetinas. Habitou-se à morte como uma forma de vida. (EVARISTO, 2016b, p. 34).

A morte passa a fazer parte do cotidiano de Duzu, o que nos leva a refletir sobre o tipo de situação a que a personagem foi submetida, sobre quantas mortes ela testemunhou e precisou continuar, em uma realidade em que a violência é naturalizada, especialmente a violência contra as mulheres negras.

Com Maria do Rosário, o cenário de subalternidade não é diferente. Após seu primeiro cárcere, visto que a personagem foi sendo passada de uma família para outra e de uma casa para outra, como um objeto velho que se passa adiante e com o tempo vai perdendo a serventia, até que se esgote seu uso, Maria do Rosário segue persistindo em retornar para os seus, que ficaram na comunidade de *Flor de Mim*.

Eu trabalhava imensamente, aprendi a cozinhar, a passar e a cuidar de crianças. O rádio, que eu levava, acabou perdendo a função. Recebi ordens para não o ligar, para não gastar luz e não me distrair no trabalho. Aguentei esse inferno durante sete anos e só tinha um objetivo: o de juntar dinheiro e voltar para Flor de Mim. Mas o tempo foi passando. Dali, saí para outra casa e mais casas. Nunca mais soube do casal que me roubou de meus pais. Nunca entendi qual foi a intenção deles. (EVARISTO, 2016a, p. 50-51).

Mesmo depois de ter passado longos anos desempenhando serviços domésticos em diferentes casas, o desejo de retornar para seu lugar de infância e para junto de sua família sempre foi cultivado no íntimo da personagem. Apesar de muitas vezes esse desejo de retorno aparecer misturado ao medo de não ser reconhecida e aceita, e a angústia que as lembranças do sequestro ainda lhe causavam. Lembranças que muitas vezes vinham misturadas com memórias que pertenciam aos seus ancestrais que foram escravizados.

O fator identitário e os meios de sobrevivência experienciados pelas duas personagens, são apenas alguns dos vários que acabam sendo infundidos nos sujeitos outremizados. No entanto, nos deteremos apenas aos já expostos, mesmo tendo em vista as inúmeras possibilidades analíticas dos contos de Evaristo.

Nos contos *Duzu-Querença* e *Maria do Rosário Imaculada dos Santos*, encontramos as narrativas de duas mulheres que driblam a subalternidade que lhes foi designada pela brutalidade das ações da “dona da casa grande” e do “casal de estrangeiros”.

Por subalterno entende-se que é “aquele cuja voz não pode ser ouvida”, segundo Gayatri Spivak (2010), e como complementa Grada Kilomba, referindo-se especialmente a questão da mulher: “Essa ausência [de voz] simboliza a posição da subalterna como sujeito oprimido que não pode falar porque as estruturas da opressão não permitem que essas vozes sejam escutadas, tampouco proporciona um espaço para a articulação das mesmas.” (KILOMBA, 2019, p. 33). No entanto, Conceição Evaristo faz o movimento inverso com suas personagens, dando voz a elas. E essa voz carece ser ouvida em todos os cantos, a voz da mulher que persiste em viver, mesmo na miséria, como a personagem Duzu; da mulher que não desacredita em seus propósitos, mesmo após ter sido arrancada de sua família, como Maria do Rosário.

De acordo com a descrição de Spivak (2010, apud ALMEIDA, 2010, p. 12), o subalterno constitui “as camadas mais baixas da sociedade”, o que se constata nas narrativas de Evaristo. Ambas as personagens se encontram às margens, são impossibilitadas de estudar e são enganadas com a promessa de uma vida melhor. Ainda assim, em meio

as adversidades, são mulheres que em determinado momento conseguem falar por si mesmas, nos mostrando suas histórias e de suas vivências marcadas por lutas.

Spivak argumenta ainda que “Se, no contexto da produção colonial, o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na obscuridade.” (2010, apud ALMEIDA, 2010, p. 15). Sendo assim, a mulher negra se encontra ainda mais às margens da sociedade, tendo suas histórias silenciadas ao longo dos séculos e sendo submetidas às situações mais insalubres para a sobrevivência. No entanto, Kilomba ressalta que a margem também pode ser um espaço que desafia a realidade.

[...] margem não deve ser vista apenas como um espaço periférico, um espaço de perda e privação, mas sim como um espaço de resistência e possibilidade. (...). É aqui que as fronteiras opressivas estabelecidas por categorias como “raça”, gênero, sexualidade e dominação de classe são questionadas, desafiadas e desconstruídas. (...). Assim, a margem é um local que nutre nossa capacidade de resistir à opressão, de transformar e de imaginar mundos alternativos e novos discursos. (KILOMBA, 2019, p. 46).

São nesses espaços de resistência que nascem as histórias de Duzu e Maria do Rosário, envoltas pela escrevivência de Conceição Evaristo. A autora possibilita espaços propícios para que suas personagens sejam ouvidas pelas diversas pessoas que tiverem contato com suas obras, para que possam reivindicar o que lhes cabe, denunciar a violência que sofrem e reescrever suas histórias e de seus descendentes.

Há um momento, próximo de sua morte, em que Duzu experimenta uma sensação de liberdade que se mistura aos delírios causados pela fome, pela enfermidade e pela velhice. O “voar”, o “ter asas” caracteriza o final de uma vida marcada pela dor e violência. “Estava chegando uma época em que o sofrer era proibido” (EVARISTO, 2016b, p. 35), então nos perguntamos, em que época da vida de Duzu era permitido ser feliz?

Mesmo com toda dignidade ultrajada, mesmo que matassem os seus, mesmo com a fome cantando no estômago de todos, com o frio rachando a pele de muitos, com a doença comendo o corpo, com o desespero diante daquele viver-morrer, por maior que fosse a dor, era proibido o sofrer. (ibidem, p. 35).

Na verdade, a personagem foi proibida de ser feliz durante toda sua vida, no entanto encontrava formas de ludibriar a dor, o sofrimento e a violência, incumbindo-lhe o dever de ser feliz e de não mais sofrer.

A resistência presente nas personagens dos dois contos se dá a partir dos traços do discurso da autora, que busca denunciar as desigualdades raciais e de gênero que estão no cerne da construção da sociedade brasileira. Sobre essas desigualdades, Sueli Carneiro afirma que se encontram diretamente ligadas à questão do racismo, seja ele estrutural, social ou epistêmico, apontando que “O racismo tem destinado aos negros as tarefas consideradas diletantes ou periféricas da sociedade.” (2011, p. 116).

Como já exposto, Duzu e Maria do Rosário desempenham essas tarefas, especialmente por meio do trabalho doméstico. No caso da personagem Duzu, para além do serviço doméstico, temos ainda a exploração sexual, que é imposta a personagem ainda na infância. Após flagrar várias relações sexuais e ser convidada à participar de algumas, Duzu começa a entender que poderia ganhar dinheiro daquela maneira. Mais do que isso, a personagem compreende que a realidade da exploração faria parte de sua vida.

Duzu naquele momento entendeu o porquê do homem lhe dar dinheiro. Entendeu o porquê de tantas mulheres e de tantos quartos ali. Entendeu o porquê de nunca mais ter conseguido ver a sua mãe e o seu pai, e de nunca D. Esmeraldina ter cumprido a promessa de deixá-la estudar. E entendeu também qual seria a sua vida. É, ia ficar. Ia entrar-entrando sem saber quando e por que parar. (EVARISTO, 2016b, p. 34).

É nesse “entrar-entrando” que a personagem revela um estado de desesperança, que só vai ser revertido após se tornar avó. É na menina Quereença que os sonhos de Duzu serão renovados, além dos desejos de muitos outros que já haviam partido. Lélia Gonzalez ressalta que outra forma de exploração da mulher negra se dá a partir da “comercialização” da figura da mulata que ganha destaque no rito carnavalesco. A autora afirma que:

Esse tipo de exploração sexual da mulher negra se articula a todo um processo de distorção, folclorização e comercialização da cultura negra brasileira. Que se pense no processo de apropriação das escolas de samba por parte da indústria turística, por exemplo, e no quanto isso, além do lucro, se traduz em imagem internacional favorável para a “democracia racial brasileira”. (GONZALEZ, 2020, p. 37).

Portanto, a exploração sexual da mulher negra, seja nas periferias ou nos grandes centros, escancara a perversidade do mito da democracia racial, revelando as reais intenções de quem defende tal discurso: o lucro que advém da objetificação da mulher afro-brasileira.

A filósofa Sueli Carneiro aborda sobre a posição em que se encontram as mulheres negras no sistema de desigualdades que constituem o Brasil, especificamente no que diz respeito às oportunidades de trabalho. A autora afirma que:

As mulheres negras brasileiras compõem, em grande parte, o contingente de trabalhadores em postos de trabalho considerados pelos especialistas os mais vulneráveis do mercado, ou seja, os trabalhadores sem carteira assinada, os autônomos, os trabalhadores familiares e os empregados domésticos. (CARNEIRO, 2011, p. 120).

Concomitante com esse cenário, encontra-se o percentual de violência que as mulheres negras sofrem no Brasil. De acordo com o *Atlas da violência* (2020), organizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA,

Embora o número de homicídios femininos tenha apresentado redução de 8,4% entre 2017 e 2018, se verificarmos o cenário da última década, veremos que a situação melhorou apenas para as mulheres não negras, acentuando-se ainda mais a desigualdade racial. Se, entre 2017 e 2018, houve uma queda de 12,3% nos homicídios de mulheres não negras, entre as mulheres negras essa redução foi de 7,2%. Analisando-se o período entre 2008 e 2018, essa diferença fica ainda mais evidente: enquanto a taxa de homicídios de mulheres não negras caiu 11,7%, a taxa entre as mulheres negras aumentou 12,4%. (IPEA, 2020, p. 37).

Então, além de estarem em desvantagem no mercado de trabalho, as mulheres negras também são assassinadas com mais frequência do que as brancas. Esse quadro está diretamente ligado às condições degradantes de sobrevivência em que muitas afro-brasileiras se encontram, como se verifica na narrativa de Duzu, em que a personagem, depois de toda exploração sofrida, termina sua vida como moradora de rua.

Como um instrumento que contribui para a mudança dessa realidade, surge o processo de escrevivência. O termo aparece como um traço que potencializa o impacto que as personagens Evaristianas causam, como enfatiza a autora, “Construo personagens humanas ali, onde outros discursos literários negam, julgam, culpabilizam ou penalizam.” (EVARISTO, 2020, p. 31). Escrever sobre as vivências implica que aquele/a que escreve experencie, muitas vezes na própria pele, as dores da pobreza, as mazelas da subalternidade e compreenda a significância do ser visto como “Outro”.

São personagens que experimentam tais condições, para além da pobreza, da cor da pele, da experiência de ser homem ou mulher ou viver outra condição de gênero fora do que a heteronormatividade espera. São personagens ficcionalizados que se con(fundem) com a vida, essa vida que eu experimento, que nós experimentamos em nosso lugar ou vivendo con(fundido) com outra pessoa ou com o coletivo, originalmente de nossa pertença. (EVARISTO, 2020, p. 31).

São esses e outros aspectos que se fazem presentes na construção de Duzu, de Querença, de Maria do Rosário e de tantas outras personagens Evaristianas. A experiência de Conceição Evaristo como mulher negra, de origem pobre, que desempenhou serviços domésticos, enfrentou a fome e sobreviveu, desafiou a segregação no ambiente escolar e se tornou referência na luta do movimento negro contra o racismo, o sexismo e os diversos tipos de desigualdade, todas essas vivências servem como alicerces para a criação de suas personagens e narrativas.

Para Amanda Crispim Ferreira (2013), no processo de escrevivência o ato de “Escrever, neste caso, não é somente uma forma de alcançar sucesso e estabilidade financeira, mas uma forma de inserir-se no mundo e modificá-lo. A palavra escrita torna-se porta, arranca véus, ou, na impossibilidade desses, ‘apenas’ incomoda, movimenta.” (p.47). Esse efeito de incômodo contribui para que se questione sobre os valores dominantes, sobre as formações sociais racistas, sobre a violência contra a mulher negra que muitas vezes é naturalizada em nossa sociedade.

Ainda sob a perspectiva de Ferreira, a escrevivência, para além de uma marca de Conceição Evaristo, revela a trajetória da autora como mulher que, desde criança, toma para si o direito de falar,

contrariando a ideia de “negra submissa”.

Assim, assume escrevivências no lugar de autobiografia. Para ela, tal termo define melhor sua escritura. Escritura que reflete aquilo que ela é, o que pensa, por que ou quem luta. Escritura que não tem a intenção de ser neutra, denúncia que não tem intenção de ser implícita, palavras trabalhadas, escolhidas, escritas para incomodar, mexer, transformar. As histórias de vida, os desafios diários, as tinas de roupas, as torneiras de água, os morros, as portas travadas nos bancos, os olhares maldosos, os filhos perdidos, o corpo violado, misturados à poesia, caracterizam escrevivência, constituem o trabalho não só de Evaristo, mas de várias outras mulheres. (FERREIRA, 2013, p. 48).

Esses elementos transitam de Duzu à Maria do Rosário e chegam até os leitores e leitoras. A ação transformadora da escrita Evaristiana acontece não só no nível emocional, mas chega nos espaços onde a consciência da lógica dominante tenta distorcer e alcança a memória que muitas vezes se encontra adormecida e nos desperta para uma reflexão combativa da realidade.

Em entrevista para o *Itaú Social* (2020), Conceição Evaristo revela que a escrevivência também tem como objetivo ultrapassar as desigualdades raciais e de gênero ao dar voz àquelas que não tinham a posse da escrita e da palavra.

Essa história silenciada, aquilo que não podia ser dito, aquilo que não podia ser escrito, são aquelas histórias que incomodam, desde o nível da questão pessoal, quanto da questão coletiva. A escrevivência quer justamente provocar essa fala, provocar essa escrita e provocar essa denúncia. (EVARISTO, 2020).

Dessa forma, a escrita das vivências, dos sofrimentos de mulheres negras têm o poder de torná-las sujeitos de suas histórias para então ultrapassar as desigualdades que persistem.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A obra de Conceição Evaristo encontra-se pautada em reflexões sobre as desigualdades raciais brasileiras, extraído das vivências das mulheres negras a matéria-prima para suas produções. As personagens de seus contos também são protagonistas de suas próprias histórias, evidenciando um processo de reversão da forma como mulheres negras eram comumente retratadas na literatura, majoritariamente sob a perspectiva da submissão, da objetificação e sem possibilidade de

falar por si mesmas. As personagens Duzu e Maria do Rosário, em meio as suas mazelas, já não se permitem serem abordadas sob a ótica do/da branco/a dominador, que não compartilha das mesmas vivências. As personagens de Evaristo nascem a partir de aspectos que são familiares para a autora, de forma a dividir seu lugar de fala com as mulheres que surgem de sua escrita. Há uma reviravolta comum às duas personagens, aquelas que outrora eram objetificadas, em vista de um processo que lhes outremizava. Na escrita de Evaristo se tornam mulheres insubmissas, ainda que em meio à miséria, a dor e a violência que persistem.

A temática abordada ao longo do trabalho pode contribuir para a contestação das práticas racistas e sexistas que perduram em nossa sociedade. Nesse sentido, as personagens Evaristianas carregam consigo os traços de vivências que são comuns à grande parte das mulheres afro-brasileiras. A análise dos contos *Duzu-Querença* e *Maria do Rosário Imaculada dos Santos*, possibilitaram uma abordagem sobre os diversos aspectos de subalternidade que são compartilhados pelas personagens, por Conceição Evaristo e pelas mulheres negras que são submetidas à condições desumanas de trabalho, que são exploradas e muitas vezes até comercializadas.

Percebemos que a escrevivência de Evaristo, o processo de tomar posse da palavra para dar voz às memórias ocultas que persistem em ecoar, em resistir, dão visibilidade a essas mulheres que estavam condenadas ao desaparecimento. Essa tomada da voz, do lugar que permite falar sobre si mesmas, representa um passo importante para a superação da condição de “Outras”. A escrita Evaristiana resgata a fala e a memória da mulher negra, desde a senzala à favela contemporânea. Além disso, permite uma reversão da noção equivocada de uma democracia racial, que prega um discurso de sociedade brasileira onde não existem negros/as nem brancos/as, mas sim um povo alegre e acolhedor, tal como se vê no período carnavalesco.

Duzu e Maria do Rosário, enquanto mulheres outremizadas, aparecem em constante resgate de um passado ao lado de seus familiares e vislumbram um futuro ausente de dores. A personagem Querença

surge como um sinônimo de possibilidade de mudança, àquela que pode reacender a luz da esperança de sua avó Duzu e de todos os outros que ficaram pelo caminho. Maria do Rosário escreve sua história entrelaçando seu passado em *Flor de Mim*, o passado de seus ancestrais escravizados, o presente cheio de incertezas e a perspectiva de um futuro em que possa voltar ao seu lugar e desfrutar da presença de seus familiares. É por meio da lembrança que ela encaminha seu destino, ainda que pareça fazer isso de forma não premeditada, reforçando a importância da memória coletiva, do compartilhamento das vivências para a escrita de novas histórias.

No decorrer da análise constatamos que as narrativas das personagens e da própria autora se entrecruzam, revelando os traços da escrevivência Evaristiana. Essa aproximação da escrita com a vivência possibilita uma nova perspectiva sobre a história que não foi contada, aquela onde os africanos constituem um dos pilares fundamentais para a formação do Brasil, onde a língua, a cultura e as tradições brasileiras possuem raízes africanas. A história de um país onde a democracia racial não passa de um mito, diariamente refutado pela realidade de oportunidades desiguais, onde brancos/as são favorecidos/as em todos os âmbitos e negros/as são constantemente empurrados/as para as margens. E nesse cenário, a resistência combativa da população negra é o que mantém viva a história que o grupo branco tentou e ainda tenta apagar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Sharyse Piroupo do. **História do negro no Brasil**. Brasília: Ministério da Educação. Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Salvador: Centro de Estudos Afro Orientais, 2011.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

Conceição Evaristo: “A escrevivência serve também para as pessoas pensarem”. Entrevista cedida a Tayrine Santana. Itaú social, 2020. Disponível em:

<<https://www.itausocial.org.br/noticias/conceicao-evaristo-a-escrevivencia-serve-tambem-para-as-pessoas-pensarem/>>. Acesso em: 10/10/2021.

CUNHA, Patrícia Prates da. **O direito ao nome e as possibilidades de alteração do Registro Civil**. Rio Grande do Sul: PUCRS, 2014. Disponível em: <https://www.pucrs.br/direito/wpcontent/uploads/sites/11/2018/09/patricia_cunha.pdf>. Acesso em: 12/12/2021.

DJOKIC, Aline. Colorismo: o que é, como funciona. **Portal Geledés**, 2015. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/colorismo-o-que-e-como-funciona/?gclid>>. Acesso em: 31/12/2021.

DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (org.). **Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**. 1. ed. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

DUARTE, Zuleide. A tradição oral na África. **Estudos de Sociologia**. Pernambuco, v. 15. n. 2, p. 181–189, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/article/view/235328>>. Acesso em: 11/12/2021.

EVARISTO, Conceição. Conceição Evaristo por Conceição Evaristo. In: **I Colóquio de Escritoras Mineiras**, 2009. Disponível em: <<http://www.letras.ufmg.br/literafro/autoras/188-conceicao-evaristo>>. Acesso em: 07/12/2021.

EVARISTO, Conceição. **Insubmissas lágrimas de mulheres**. 2 ed. Rio de Janeiro: Malê, 2016a.

EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água**. 1 ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2016b.

FERREIRA, Amanda Crispim. **Escrevivências, as lembranças afro-femininas como um lugar da memória afro-brasileira**: Carolina Maria de Jesus, Conceição Evaristo e Geni Guimarães. Belo Horizonte: UFMG, 2013.

FONTANA, Felipe. Técnicas de pesquisa. In:

ZAMBELLO, Aline Vanessa (et al.); MAZUCATO, Thiago (org.). **Metodologia da pesquisa e do trabalho científico**. Penápolis: FUNEPE, 2018. p. 65-71.

GONZALEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano**: Ensaios, Intervenções e Diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva; Guacira Lopes Louro. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HOOKS, Bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Atlas da violência**. IPEA, 2020.
Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=36488&Itemid=432>. Acesso em: 12/12/2021.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação**: episódios de racismo cotidiano. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MORRISON, Toni. **A Origem dos Outros**: seis ensaios sobre racismo e literatura. Tradução de Fernanda Abreu. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SIMIONATTO, Ivete. **Classes subalternas, lutas de classe e hegemonia**: uma abordagem gramsciana. **Revista Katálysis**. Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 41-49, jan./jun., 2009.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?**. Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.